

Conselheiros criticam deputado

José Paulo Lacerda/Ag. Pixel

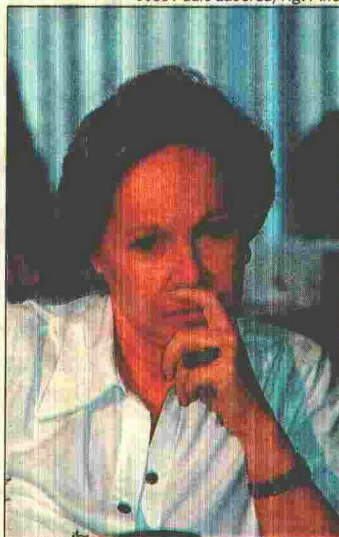
GUILHERME QUEIROZ

A votação do projeto de lei que extingue o Conselho de Gestão da Área de Preservação de Brasília (Conpresb), prevista para ontem à tarde na Câmara Legislativa, mexeu com a última reunião do órgão deliberativo. Ontem pela manhã, os 16 conselheiros passaram rapidamente pela ordem do dia. Dedicaram o tempo restante para registrar mensagens de repúdio ao projeto do distrital Leonardo Prudente (PMDB).

A indignação dos conselheiros deve-se à aprovação, em primeiro turno, do projeto. Por 13 votos a sete, os parlamentares acataram, na última quinta, os argumentos de Prudente de que o Conpresb "engessa" o desenvolvimento da área tombada. Ontem, durante a sessão plenária, Prudente manteve a posição. Ele defende que o Conpresb invade as atribuições da Câmara.

— Estão criando um poder paralelo. E isso não posso admitir — justifica Prudente.

Entre os integrantes do Conpresb, há um consenso de que existe um mal entendido quanto às atribuições do órgão. Para o conselheiro Carlos Pontes, não há justificativa para que os distritais acatem a te-



A CONSELHEIRA Heliete repudia a tese de Prudente

se de "engessamento", já que o colegiado pode apenas questionar o teor de leis aprovadas, mas não tem poder de veto.

— Nós encaminhamos projetos de lei à Câmara Legislativa quando a competência é da Casa.

Cada um dos 14 conselheiros presentes formalizou uma mensagem de repúdio ao projeto de Prudente. O representante e presidente do Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura (Crea-DF), Alberto Faria, leu um artigo condenando a iniciativa do Legislativo

local. Ao pé do documento, a assinatura de representantes de Crea's do restante do País.

— A preocupação com a preservação do Conpresb já extrapolou o caráter doméstico. O papel do conselho é suficientemente claro para mantê-lo na rota atual — desabafa Faria.

Para pôr um fim ao mal-entendido, o Conpresb enviou à Câmara as atas das reuniões, um relatório com as deliberações do conselho e um convite aos parlamentares para que participem das reuniões. A idéia era refutar um dos principais argumentos usados por Prudente na justificação do projeto de lei: a morosidade na análise no Plano Diretor de Publicidade (PDP).

Em audiência pública convocada pelos distritais, na semana passada, a presidente do Conselho Comunitário da Asa Sul, Heliete Bastos, esteve na Câmara para esclarecer o equívoco. Mas não foi autorizada a se manifestar.

— O deputado insiste em atrelar a desordem visual da cidade à tal "inoperância" do Conpresb — rebate Heliete.

O Conpresb garante que pode apenas questionar teor de leis, e não vetar